

INDICADORES DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ESCOLA DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Stephanie Cristina dos Santos Gomes Silva¹

Suelen Tavares Godim²

RESUMO

O presente estudo analisa os indicadores de acesso e permanência de estudantes público da Educação Especial na Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará, visando compreender a relação entre acesso, matrícula e permanência no contexto da educação especial na escola pública. A metodologia adotada nesta investigação compreende uma abordagem qualitativa, utilizando-se parâmetros da análise quantitativa para verificação dos dados, com caráter documental e natureza descritiva, uma vez que busca analisar os índices de ingresso, matrícula e permanência de estudantes público da Educação Especial no período de 2015 a 2025, a partir de dados institucionais. Nesse sentido, os resultados evidenciam crescimento expressivo das matrículas e dos ingressos, bem como, o aumento progressivo da permanência indicando avanços na consolidação de práticas inclusivas na instituição. Conclui-se que a instituição tem avançado na efetivação das diretrizes da educação inclusiva, ao ampliar o acesso e fortalecer condições institucionais que favorecem a continuidade da trajetória escolar dos estudantes PEE, ainda que persistam desafios relacionados à garantia plena da aprendizagem e da participação.

Palavras-chave: Ingresso; Permanência; Educação Inclusiva.

INTRODUÇÃO

A ampliação do acesso e da permanência de estudantes público da Educação Especial no ensino regular tem se consolidado como um dos principais desafios das políticas educacionais brasileiras contemporâneas. A partir da perspectiva da educação inclusiva, o sistema educacional passa a ser compreendido como responsável pela garantia do direito à escolarização de todos os estudantes, em ambientes comuns de ensino, com a eliminação de barreiras e a oferta de recursos e apoios necessários. Tal entendimento é reafirmado pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), ao estabelecer que a educação deve ser assegurada em sistema educacional inclusivo, com garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem.

¹ Discente do curso de Letras - Língua Portuguesa na Faculdade de Letras, Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará (FALE/ILC/UFPA), Monitora PIBASic na Coordenação de Educação Inclusiva da Escola de Aplicação da UFPA, Bolsista PIVIC, membro do Grupo de Pesquisas sobre Aprendizagens e Práticas Pedagógicas Inclusivas- GEPAPPI, stephanie.silva@ilc.ufpa.br.

² Doutora em Educação, Professora/Coordenadora de Educação Especial/Inclusiva da Coordenação de Educação Inclusiva da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará- CEI/EA/UFPA, Coordenadora do Grupo de Pesquisas sobre Aprendizagens e Práticas Pedagógicas Inclusivas- GEPAPPI, Coordenadora do Programa de Bolsa Acadêmica na Educação Básica/PcD/PIBASic. Coordenadora do Laboratório de Acessibilidade Curricular na Educação Básica- LACEB/EAUFPA, suelengodim@ufpa.br.

Embora o marco legal brasileiro assegure o direito à matrícula dos estudantes público da Educação Especial em classes comuns do ensino regular, mas a efetivação da inclusão escolar exige transformações profundas na organização da escola, no currículo, nas práticas pedagógicas e nas relações institucionais (Mantoan, 2003, pag. 16). Além disso, (Homobono, 2024; Nascimento, 2024) afirmam que a ampliação do acesso precisa estar articulada a políticas e ações que favoreçam a permanência e o êxito escolar, uma vez que a matrícula, isoladamente, não garante a participação e a aprendizagem dos estudantes. Nesse sentido, eles também ressaltam que o acompanhamento sistemático, a atuação integrada entre gestão, professores e serviços especializados e a oferta de apoio pedagógico constituem fatores determinantes para a permanência dos estudantes PEE na escola regular.

Diante disso, este estudo buscará analisar o aumento do ingresso e da permanência de estudantes público da educação especial na educação regular. A relevância do tema justifica-se pela necessidade de analisar empiricamente como as políticas públicas e as orientações legais têm se materializado no cotidiano escolar.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa adotada nesta investigação compreende uma abordagem qualitativa, utilizando-se parâmetros da análise quantitativa para verificação dos dados, com caráter documental e natureza descritiva, pois busca analisar os índices de ingresso e permanência de estudantes público da Educação Especial na Escola de Aplicação Universidade Federal do Pará durante o recorte temporal de 2015 a 2025. A escolha por essa abordagem justifica-se pelo entendimento de que a pesquisa qualitativa possibilita a compreensão aprofundada de fenômenos educacionais em seus contextos institucionais, enquanto o apoio de dados quantitativos contribui para a sistematização e a objetividade das informações analisadas (Silveira; Córdova, 2009; Fonseca, 2002, apud Gerhardt; Silveira, 2009).

O período temporal escolhido justifica-se pela necessidade de acompanhar as mudanças ao longo dos últimos dez anos, pois essa delimitação cronológica possibilita identificar movimentos de crescimento, estabilidade ou ampliação progressiva do número de estudantes PEE matriculados na instituição. Tal escolha fundamenta-se no entendimento de que o planejamento da pesquisa deve considerar a situação espaço-temporal do fenômeno estudado, uma vez que o problema de pesquisa está diretamente relacionado ao contexto em que se manifesta e às condições históricas em que se desenvolve (Koche, 2011, apud Prodanov; Freitas, 2013; Gil, 2002,).

O campo escolhido para a realização da pesquisa foi a Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará, uma instituição pública que oferece Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.

O desenvolvimento desta pesquisa ocorreu em etapas sucessivas. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa documental, que consistiu no levantamento e análise de documentos institucionais oficiais da EAUFPA contendo a relação de matrícula dos estudantes público da Educação Especial. Em seguida, realizou a leitura integral dos registros e os dados foram transferidos para planilhas eletrônicas, logo após a organização dos dados, foram contabilizados o total anual de estudantes PEE, número de ingressantes por ano e foi verificado o índice da continuidade da matrícula ao longo da etapa escolar.

O tratamento dos dados foi realizado por meio de estatística descritiva, com organização das informações em tabelas e gráficos. O procedimento possibilitou identificar o número total de matrículas PEE, de ingressantes e os índices de permanência, bem como mapear variações ao longo dos anos analisados, uma vez que a estatística descritiva tem como finalidade organizar, resumir e apresentar dados de forma clara e objetiva, favorecendo a interpretação dos fenômenos educacionais sem extrapolações inferenciais (Reis; Reis, 2002, p. 5–6). Dessa

forma, a análise estatística adotada contribuiu para uma leitura sistemática dos indicadores educacionais, atendendo aos objetivos propostos pela pesquisa.

No entanto, vale destacar algumas limitações da metodologia, visto que a amostra utilizada não contempla aspectos subjetivos da experiência escolar dos estudantes. Ainda assim, os dados levantados permitem uma compreensão objetiva e sistematizada dos índices de ingresso e permanência atendendo o objetivo proposto pelo estudo.

DISCUSSÕES

Durante o desenvolvimento do estudo, os resultados obtidos evidenciaram o crescimento das matrículas, ingressos e de permanências dos estudantes público da educação especial na Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará durante o intervalo entre 2015 a 2025, indicando ampliação do acesso e consolidação da inclusão escolar ao longo da última década.

Conforme observa-se na tabela 1, houve um aumento gradual no total de matrículas PAEE ao longo do período analisado. Podendo perceber que o número de estudantes passou de apenas 6 em 2015 para 83 em 2025, evidenciando um crescimento significativo na quantidade de pessoas atendidas pela instituição. Trata-se, portanto, de um crescimento cumulativo de caráter linear com acelerações pontuais, e não de um crescimento exponencial, uma vez que os aumentos ocorreram de forma gradual ao longo dos anos, com variações percentuais distintas entre os períodos.

Embora que em 2020 tenha ocorrido uma leve redução para 20 matrículas, foi verificado a retomada do crescimento em 2021, intensificando-se em 2022, chegando atingir o maior número de estudantes em 2025. Esse comportamento indica que o crescimento não ocorreu de maneira uniforme, mas apresentou momentos de maior aceleração, especialmente nos anos mais recentes, associados à ampliação do ingresso e à consolidação da permanência dos estudantes na escola.

Tabela 1 - Evolução de Matrículas, Ingressos e Permanência de Estudantes PAEE na EAUFPA

Ano	Matrículas	%	Ingressos	%	Permanência	%
2015	6	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2016	14	133,33%	8	800,00%	6	600,00%
2017	18	28,57%	4	-50,00%	14	133,33%
2018	19	5,56%	1	-75,00%	18	28,57%
2019	23	21,05%	4	300,00%	19	5,56%
2020	20	-13,04%	0	-100,00%	20	5,26%
2021	25	25,00%	5	500,00%	20	0,00%
2022	40	60,00%	15	200,00%	25	25,00%
2023	49	22,50%	9	-40,00%	40	60,00%
2024	59	16,95%	10	11,11%	49	22,50%
2025	83	40,68%	25	150,00%	59	20,41%

Fonte: Secretaria acadêmica da EAUFPA

Portanto, esse crescimento ao longo da década indica que houve ampliação do acesso ao ensino regular e pode ser compreendido como resultado da consolidação do direito à educação inclusiva no contexto brasileiro. Pois, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), a educação constitui direito fundamental da pessoa com deficiência, devendo ser assegurada em sistema educacional inclusivo, com garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem. Assim, a ampliação do número de matrículas reflete o cumprimento progressivo das determinações legais que orientam os sistemas de ensino a matricular estudantes com deficiência em classes comuns do ensino regular.

Entretanto, o aumento das matrículas não pode ser compreendido apenas como resultado da garantia legal do acesso, pois a elevação desse quantitativo também decorre de processos de reorganização das escolas, envolvendo mudanças na gestão, no currículo e nas práticas pedagógicas, que favorecem o acolhimento dos estudantes e a construção de ambientes mais inclusivos (Nascimento, 2024; Mantoan, 2003). Dessa forma, os dados encontrados indicam que a expansão das matrículas na Escola de Aplicação está relacionada não apenas à obrigatoriedade legal, mas também à incorporação progressiva de princípios da educação inclusiva no cotidiano institucional.

Em referência ao ingresso anual, os dados apresentados evidenciam que o crescimento do total de matrículas está diretamente relacionado à entrada contínua de novos estudantes. Nota-se que, entre 2016 e 2019, o ingresso variou de forma moderada. Porém, a partir de 2022, verificou-se um acréscimo mais consistente dos ingressos, culminando no maior quantitativo registrado em 2025. Esse comportamento evidencia que o acesso ao ensino regular é influenciado por fatores institucionais, organizacionais e conjunturais, além das políticas públicas que orientam o funcionamento dos sistemas educacionais (Nascimento, 2024, pag. 53).

A ampliação do ingresso é compreendida como reflexo de um movimento institucional de superação de práticas seletivas e de construção de uma cultura escolar mais sensível à diversidade. Nessa perspectiva, a escola passa a assumir a responsabilidade de atender a todos os estudantes, sem distinções, o que exige a revisão de critérios de organização pedagógica, de tempos e de espaços escolares (Nascimento, 2024; Mantoan, 2003). Assim, os resultados indicam que o aumento dos ingressos na instituição está articulado a processos internos de reorganização e de fortalecimento das práticas inclusivas.

Os resultados relativos à permanência revelam que a escola tem apresentado avanços importantes na capacidade de manter os estudantes PEE ao longo de sua trajetória escolar. Observa-se que, sobretudo a partir de 2021, há um crescimento progressivo do número de estudantes que permanecem na instituição, alcançando, em 2025, o maior quantitativo registrado no período analisado. Esse dado é particularmente relevante, pois indica que o aumento das matrículas não se limita ao ingresso inicial, mas é sustentado por condições institucionais que favorecem a continuidade dos estudos.

A permanência, conforme apontam (Homobono, 2024; Nascimento, 2024; Mantoan, 2003), está fortemente relacionada à existência de apoio pedagógico, ao acompanhamento sistemático, ao acolhimento institucional e à atuação articulada entre gestão, professores e serviços de apoio, como o atendimento educacional especializado. Também evidencia que fatores como a organização da escola, a sensibilidade dos profissionais, a mediação pedagógica e o fortalecimento de vínculos contribuem de forma decisiva para que o estudante com deficiência permaneça e tenha êxito na escola regular. Dessa forma, os resultados encontrados nesta pesquisa indicam que a EAUFPA vem construindo um conjunto de ações e práticas que favorecem a permanência dos alunos PAEE.

A análise dos dados permite ainda compreender que o ingresso, a matrícula e a permanência são dimensões interligadas no processo de inclusão escolar. Pois o ingresso amplia o acesso e impulsiona o aumento das matrículas, enquanto a permanência sustenta esse

crescimento ao longo dos anos, evitando que a inclusão se restrinja ao momento inicial da escolarização. Segundo (Homobono, 2024; Nascimento, 2024), a efetivação da inclusão depende justamente da articulação entre políticas de acesso e estratégias institucionais voltadas à continuidade dos estudos e ao êxito escolar.

Além disso, os resultados demonstram que, nos últimos três anos, há uma aproximação mais evidente entre o aumento do ingresso e o crescimento da permanência, o que indica um movimento institucional mais consistente de articulação entre políticas de acesso e ações de acompanhamento escolar. Esse resultado reforça a perspectiva defendida por Homobono (2024), que afirma que a permanência e o êxito escolar dependem da construção de práticas pedagógicas inclusivas, do fortalecimento das relações interpessoais e do reconhecimento das singularidades dos estudantes no cotidiano escolar.

Ademais, a relação entre acesso, matrícula e permanência está explicitamente prevista na LBI (Brasil, 2015), que estabelece que o sistema educacional inclusivo deve garantir, de forma integrada, condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, o que implica a responsabilidade das instituições de ensino na organização de recursos, serviços e práticas pedagógicas que assegurem o direito à educação das pessoas com deficiência. Nesse sentido, os resultados desta pesquisa evidenciam que a Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará vem avançando no cumprimento dessas diretrizes, ao apresentar crescimento simultâneo do ingresso e da permanência de estudantes PAEE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa evidenciam que o aumento do ingresso e da permanência de estudantes público da Educação Especial na Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará expressa avanços significativos no processo de consolidação da educação inclusiva no contexto institucional investigado. A análise dos dados permitiu constatar que a ampliação do acesso ao ensino regular não ocorreu de forma pontual ou isolada, mas de maneira progressiva, indicando o fortalecimento de práticas e políticas que reconhecem o direito à educação das pessoas com deficiência.

A análise possibilitou interpretar que ingresso, matrícula e permanência constituem fatores interligados na efetivação da educação inclusiva. O crescimento do ingresso impulsiona a expansão das matrículas, enquanto a permanência assegura que esse acesso não se limite a um momento inicial, mas se converta em permanência e participação no percurso escolar. Tal resultado confirma que a matrícula, isoladamente, não garante a inclusão, sendo necessária a reorganização das práticas pedagógicas, da gestão escolar e dos serviços de apoio para assegurar a permanência, a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos.

Dessa forma, conclui-se que a instituição investigada vem avançando no cumprimento das diretrizes da educação inclusiva, ao apresentar crescimento simultâneo do ingresso e da permanência de estudantes PEE. Contudo, permanece o desafio de consolidar e ampliar as ações pedagógicas e institucionais que assegurem condições efetivas de aprendizagem e participação, de modo a fortalecer a inclusão escolar como princípio estruturante da prática educativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOMOBONO, Eloany dos Santos. **Matriculou, incluiu?** Análise das políticas de acesso, permanência e inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Médio da Rede Estadual de Macapá-Amapá. Orientadora: Cássia Hack. 2024. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2024. Disponível em: <http://repositorio.unifap.br:80/jspui/handle/123456789/1707>. Acesso em: 10 fev. 2026

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

NASCIMENTO, Fagner Cardoso do. **Percurso de um estudante com transtorno do espectro autista no ensino médio: permanência e êxito numa escola regular.** Orientadora: Maristela Maria Andrade da Silva Trabalho de conclusão (Licenciatura em Química) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. Campus Ipojuca, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/handle/123456789/1308>. Acesso em: 10 fev. 2026.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. Ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REIS, Edna Afonso; Reis, Ilka Afonso. **Análise Descritiva de Dados.** Universidade Federal de Minas Gerais, 2002. Disponível em: www.est.ufmg.br. Acesso em: 10 fev. 2026.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CORDOVA, Fernanda Peixoto. A unidade 2 - A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel et al. (Orgs.). BRASIL; Universidade Aberta do et al. (Coord.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.